



A IMPORTÂNCIA DA INDEPENDÊNCIA POLÍTICA NA LUTA CONTRA A EXTREMA DIREITA

The importance of political independence in the fight against the far right

Gonzalo Adrian Rojas*

 <https://orcid.org/0000-0003-2009-47722>

Shimenny Ludmilla Araujo Wanderley**

 <https://orcid.org/0000-0003-2561-8328>

RESUMO

O objetivo deste artigo é realizar uma análise do ponto de vista da luta de classes da atual conjuntura política no Brasil, ao se cumprir pouco mais de três anos e meio de governo de Bolsonaro em setembro de 2022, tendo em consideração uma situação política reacionária com fortes ilusões eleitorais e institucionais que apresentam elementos para uma necessária luta contra a extrema direita no Brasil, uma luta necessária contra Bolsonaro, não só no plano eleitoral, senão também extrainstitucional, no plano social contra o bolsonarismo e o conjunto das políticas golpistas, destacando as lições estratégicas que se podem tirar da FIT-U na Argentina e a importância da independência de classe.

PALAVRAS-CHAVE

Luta de classes; Independência política; Extrema direita; Brasil.

ABSTRACT

The objective of this article is to carry out an analysis from the point of view of the class struggle of the current political conjuncture in Brazil, after three and a half years of Bolsonaro's government in September 2022, considering a reactionary political situation with strong illusions. electoral, institutional elements that present elements for a necessary fight against the extreme right in Brazil, a necessary fight against Bolsonaro, not only at the electoral level but also extra-institutional, at the social level against Bolsonarism and the set of coupist policies. Highlighting the strategic lessons that can be drawn from FIT-U in Argentina and the importance of class independence.

*Professor. Doutor em Ciência Política pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP, Campinas, Brasil). Docente de Ciência Política na Universidade Federal de Campina Grande (UFCCG, Campina Grande, Brasil). E-mail: gonzalo.adrian@professor.ufcg.edu.br

**Socióloga. Mestre em Ciências Sociais pelo Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande (UFCCG, Campina Grande, Brasil). E-mail: shimennyaraujo@yahoo.com.br

DOI [10.22422/temporalis.2022v22n44p351-368](https://doi.org/10.22422/temporalis.2022v22n44p351-368)



© A(s) Autora(s)/O(s) Autor(es). 2022 **Acesso Aberto** Esta obra está licenciada sob os termos da Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR), que permite copiar e redistribuir o material em qualquer suporte ou formato, bem como adaptar, transformar e criar a partir deste material para qualquer fim, mesmo que comercial. O licenciante não pode revogar estes direitos desde que você respeite os termos da licença.

KEY-WORDS

Class struggle; Political Independence; Extreme right; Brazil.

Introdução

O objetivo deste artigo é realizar uma análise do ponto de vista da luta de classes da atual conjuntura política no Brasil, ao se cumprir pouco mais de três anos e meio de governo de Bolsonaro em setembro de 2022, tendo em consideração uma situação política reacionária com fortes ilusões eleitorais, que apresente elementos para uma necessária luta contra a extrema direita no Brasil, contra Bolsonaro, não só no plano eleitoral senão também extrainstitucional, no plano social contra o bolsonarismo e o conjunto das políticas golpistas, as contrarreformas trabalhista e da previdência, a lei de teto de gastos e o pagamento da dívida.

Para isso vamos definir conceitos teóricos para abordar o tema, apresentando uma visão dialética, de totalidade, indo do plano internacional ao plano nacional, como justificaremos.

Apresentada essa premissa metodológica em termos conceituais, diferenciaremos crise orgânica de crise conjuntural no comunista italiano Gramsci (GRAMSCI, 2003), imperialismo como etapa superior do capitalismo, época de crises, guerras e revoluções em Lenin (2012) e modo de produção diferenciado de formação econômico social em Marx (1946). No interior de cada formação econômico-social específica — em nosso caso o Brasil —, utilizaremos o conceito de conjuntura, entendido como análise concreto da situação concreta num sentido leninista. Inserimos a perspectiva da luta de classes, como conflitos antagônicos para a análise relações de força entre as classes e as frações de classes numa determinada formação econômico-social, seguindo Marx e Engels, no *Manifesto do Partido Comunista* (MARX; ENGELS, 2007) e o *XVIII Brumário de Luis Bonaparte* (MARX, 2011), podendo utilizar o conceito de Bonapartismo de Marx, pré-bonapartismo em Trotsky nos seus escritos sobre a luta contra o fascismo na Alemanha (TROTSKY, 2013) ou Bonapartismo *sui generis* no seus Escritos latino-americanos, caso corresponda (TROTSKY, 2009).

Na primeira parte do desenvolvimento do artigo abordaremos sobre a conjuntura internacional. Iniciando este tópico, apresentamos o tipo de crise capitalista iniciada no ano 2008, uma crise geral do capitalismo que se desdobrou em crises orgânicas em diferentes países, crises econômicas, políticas e sociais que se combinaram e aprofundaram a partir da crise sanitária de Covid-19 os anos de 2020 e 2021. Neste marco de crises é que se reforçam as tendências imperialistas do sistema aparecendo o fim do “consenso globalizador” e, na atualidade, a guerra na Ucrânia a partir da invasão Russa em abril de 2022, destacando alguns dos fatos mais relevantes.

Na segunda parte do contexto internacional focaremos na América Latina (AL), que tem como característica, nos últimos anos, ciclos políticos mais curtos, como o do “giro à direita” seja pelo viés golpista ou de triunfos eleitorais de forças politicamente de direita ou de extrema direita, mas que governam administrando esse neoliberalismo senil.

Isso foi acompanhado com a retomada da luta de classes no mundo, França com os coletes amarelos, Hong Kong ou Myanmar como exemplos, e na AL em países como Chile, Colômbia e Equador que aparecem como exemplos de revoltas que não conseguem se transformar em revoluções, e que, nesse sentido, expressam por uma parte a força do movimento, mas pela outra parte também suas limitações, as possibilidades de desvio pela ausência de um partido revolucionário, como são os casos de Fernandez na Argentina, Castillo no Peru, Arce na Bolívia, Boric no Chile e Petro na Colômbia, como expressão do fim de ciclo do giro à direita e golpista, o que não significa uma superação de suas políticas neoliberais senis em termos estruturais, mas que nos coloca frente a uma segunda onda de governos “progressistas”.

Destacaremos neste artigo uma particularidade na Argentina que é a existência da *Frente de Izquierda y de los Trabajadores – Unidad* (FIT-U), nas suas siglas em espanhol, como uma frente de independência política de classe, independente dos governos, do Estado e dos patrões, o que nos permitirá tirar lições para o Brasil. Foi central para impedir o avanço no país de variantes neoreformistas que fracassaram rapidamente como alternativas de mudança, como o foram os casos do Syriza na Grécia, Podemos no Estado Espanhol e a próprio Frente Ampla no Chile.

Na segunda parte do desenvolvimento deste artigo focaremos na particularidade do Brasil, o golpe institucional de 2016 contra a Presidenta Dilma Rousseff, a prisão de Lula, (isto escrito com total independência política do Partido dos Trabalhadores (PT) e suas políticas de conciliação de classes), o fracasso do candidato do golpe em termos eleitorais, Geraldo Alckmin, nesse momento do Partido da Social-Democracia Brasileira (PSDB), e a manipulação eleitoral que deu o triunfo à Bolsonaro.

Esta ofensiva da direita teve como objetivo acelerar os ataques à classe trabalhadora a partir de uma concentrada ofensiva burguesa dos golpistas com a reforma trabalhista e a lei de teto de gastos durante o governo de Temer, que foi aprovada a partir da desmobilização das greves pelas principais centrais sindicais e a reforma da previdência aprovada durante o governo Bolsonaro.

A particularidade da eleição de 2018, onde encontramos a mencionada manipulação eleitoral, é a unidade política de todas as frações das classes dominantes no antipetismo com seu consequente apoio ao filho não desejado do golpe, Bolsonaro, candidato do Partido Social Liberal (PSL) nas eleições do referido ano.

No Brasil de Bolsonaro se dá uma luta entre tentativas Bonapartistas seja por parte do Poder Executivo como do Poder Judiciário, atores antidemocráticos que levam com suas disputas a uma bonapartização do regime, que também acaba sendo resultado das relações de força entre as classes e as frações de classes no país.

Com objetivo de brindar elementos para uma luta contra a extrema direita diferenciamos os conceitos tática e estratégia, dois conceitos que vem da arte da guerra para a política,

também diferenciamos frente única proletária de frente política eleitoral, e independência política de independência organizativa.

Finalizaremos o artigo com uma breve conclusão, fazendo referência à importância, justamente em termos estratégicos, da independência política para enfrentar na luta de classes a Bolsonaro, mas também ao Bolsonarismo e os militares, assim como o conjunto do regime do golpe e dos golpistas, na perspectiva de revogar toda a política antioperária do regime desde a perspectiva de um governo de trabalhadores de ruptura com o capitalismo. Para isso, também explicamos e diferenciamos frente única proletária de frente política eleitoral.

Esclarecemos, que este artigo tem hipóteses, análise e ideias originais, mas necessariamente tem como base trabalhos anteriores escritos de forma individual ou conjunta por parte destes autores, centralmente no uso recorrente de alguns conceitos ou nas partes mais descritivas dos processos políticos, seja no plano mundial, na AL e no Brasil.

Crise capitalista e aprofundamento das tendências imperialistas na situação internacional

Apresentamos aqui, como uma questão metodológica prévia, que seguimos a Trotsky, quando no seu artigo *La situación mundial*, escrito em 1921, afirmava que nenhum dos grandes problemas da luta de classe poderia ser resolvido nos marcos das fronteiras nacionais (TROTSKY, 1921).

Concordamos com Mercatante (2020) quando no seu artigo *Trotsky e um guia para analisar a situação mundial*, publicado no Brasil pelo suplemento teórico-político *Ideias de Esquerda*, de fevereiro de 2020, em que afirma que o método desenvolvido por Trotsky para analisar as perspectivas do capitalismo e a revolução socialista na época imperialista é uma ferramenta muito atual para se orientar no convulsivo cenário contemporâneo.

Nesse mesmo sentido, Mercatante (2000) cita o próprio Trotsky em seu livro *La teoría da Revolución Permanente*:

O marxismo parte do conceito da economia mundial não como uma amálgama de partículas nacionais, mas como uma potente realidade com vida própria, criada pela divisão internacional do trabalho e pelo mercado mundial, que impera sobre os mercados nacionais nos tempos atuais. As forças produtivas da sociedade capitalista excederam as fronteiras nacionais há muito tempo. (TROTSKY, 2000, p. 402).

Considerando esta perspectiva, para Gramsci era muito importante tanto teórica como politicamente diferenciar esses tipos de crise capitalistas, centralmente as crises conjunturais do capitalismo das crises orgânicas.

Estamos, desde o ano 2008, frente à uma crise geral do capitalismo, econômica, política e social, que se aprofundou a partir da crise sanitária pela Covid-19 nos anos 2020 a 2022, sendo uma crise que se expressa como crise orgânica em alguns países. Isto significa que estamos além de uma crise cíclica “normal” do capitalismo, onde depois de um período de

expansão, se sucede um período de retração para depois tomar novo impulso, gerando outro período de expansão. As perspectivas de crescimento da economia mundial têm relação centralmente com um efeito rebote pós-pandemia, fundamentalmente nos USA e China, mas implicou fortíssimos investimentos estatais, o que gerou um forte aumento do endividamento dos Estados em diferentes países (WANDERLEY, 2019).

Nesse contexto, o triunfo no momento de Trump nos USA expressou o fim do “consenso globalizador”, pós-queda do Muro de Berlim, com o fortalecimento do papel dos Estados nacionais, como estamos neste momento, assistindo à guerra na Ucrânia a partir da invasão da Rússia, uma guerra em plena Europa, encontrando na guerra uma tentativa de saída da crise de acumulação capitalista. Lenin define o imperialismo como a etapa superior do capitalismo, uma etapa de crises, de guerras e revoluções (LENIN, 2012) e nesse contexto, se acentuam as tendências imperialistas do sistema.

Também devemos aplicar o internacionalismo ao tema da guerra, no caso dos marxistas revolucionários. Um dos exemplos mais emblemáticos é o caso do deputado socialista, o internacionalista alemão Liebknecht, que na sessão do *Reistag* do dia 02 de dezembro de 1914, na Alemanha, votou contra os novos créditos de guerra que a classe dominante alemã precisava para a I Guerra Mundial. Esse parlamentar revolucionário alemão junto com os bolcheviques defenderam as bandeiras do internacionalismo proletário contra a guerra, frente a todo o chovinismo, o egoísmo de massas dos socialistas reformistas que se aliaram às suas burguesias nacionais defendendo a guerra interimperialista (WANDERLEY, 2019).

No caso da Guerra da Ucrânia–Rússia, a posição do movimento operário e as organizações socialistas internacionalistas não pôde ser diferente, posto que não tem um “campo” bom. Por uma parte, Putin invade militarmente a Ucrânia em nome de uma política grande russa para defender os interesses de um capitalismo da KGB. A Rússia mesmo sendo uma potência militar a partir do herdado da época da Guerra Fria, não é um país imperialista, senão uma potência regional com peso militar.

Uma das justificações de Putin é um argumento reacionário, contra a “autodeterminação nacional” ucraniana, culpando a Lenin de colocar essa ideia na cabeça dos ucranianos, defendendo em termos práticos os massacres de Stálin e sua política para Ucrânia, apenas criticando em termos formais, já que Stálin deveria ter tirado esse direito à autodeterminação nacional colocado pelos bolcheviques na Constituição. O apoio a Putin, como fazem as organizações stalinistas, Partidos Comunistas saudosos da Guerra Fria e o campismo e algumas forças populistas, assim como setores da extrema direita de forma “indireta”, como Bolsonaro no Brasil, expressam que não tem nada de progressivo esse campo e coloca o foco na luta entre os Estados no lugar da luta de classes, ignorando que é esta a que constrói relações de forças contra os Estados e isso se relaciona com a geopolítica. Esse conflito reacende possibilidades de outros conflitos bélicos na Europa, como Turquia–Grécia ou Azerbaijão–Armênia por Nagorno-Karabakh.

Por sua vez, o Presidente da Ucrânia, Zelensky, é produto de um golpe no país, quando foi deposto um governante pró-russo e das eleições posteriores a este golpe. Permitiu e alentou o crescimento da extrema direita desde o governo e no Estado e tem o apoio da

OTAN e pela mediação desta expressa na política do imperialismo norte-americano e europeu, que estão usando o conflito para aumentar os gastos militares e militarizar o Leste da Europa. Destacamos que a Ucrânia de Zelensky, apoiada pela OTAN, está longe de ser um povo oprimido lutando pela sua autodeterminação nacional, razão pela qual tampouco pode ser apoiada.

Esta guerra tem impacto pelas sanções comerciais e aumento do preço dos combustíveis petróleo e gás, numa economia já golpeada pela crise sanitária que vem de uma depressão, e no Brasil e AL não é diferente, fazendo com que o aumento dos preços tenha também um impacto negativo para os governos, sejam estes “progressistas” ou reacionários. No caso do Brasil, dificultando as possibilidades eleitorais de Bolsonaro para sua reeleição, mesmo com sua manobra eleitoral de baixar os preços.

Desse modo, os USA não são mais uma potência hegemônica mundial, mas continuam sendo uma potência imperialista dominante em termos militares e, com sua política imposta através da OTAN, está conseguindo hegemônizar o conjunto das potências europeias, fortalecendo-se como direção político-militar da guerra, mesmo através dessa mediação (CINATTI, 2022).

A este quadro temos que acrescentar a guerra comercial entre USA-China, declarado inimigo estratégico por Donald Trump, o que continua na administração de Biden.

Do ponto de vista da luta de classes, como respostas às medidas recessivas dos governos, assistimos a importantes conflitos trabalhistas como na Grã-Bretanha e nos USA. O mais relevante, para nós, é tentar entender as tendências da situação internacional, sabendo que serão definidas pela relação entre economia, luta de classes e geopolítica, na perspectiva de uma possibilidade aberta de reconfiguração dos blocos pós-guerra fria.

É nesse contexto da situação internacional que se insere uma AL que vem de um “giro à direita” com variantes eleitorais e golpistas, processos de lutas de classes que geraram revoltas, sem chegar a se transformar em revoluções pela ausência de partido revolucionário, e onde se está abrindo um novo ciclo, apresentado como uma “segunda onda de governos progressistas”, o que desenvolveremos a seguir.

América Latina: “giro à direita”, luta de classes e a “segunda onda progressista”

Tanto para poder nos referirmos ao “giro à direita”, os golpes na AL, ou a “segunda onda de governos progressistas”, precisamos caracterizar os governos “pós-neoliberais” do primeiro ciclo.

Esses governos surgem depois de fortes mobilizações populares na AL contra o neoliberalismo e mesmo que de forma desigual em cada país, e expressam de forma distorcida as relações de forças das lutas das massas. Também serviram para passivar as massas, entregando concessões parciais aos setores populares sem mexer nas questões estruturais do neoliberalismo, tirando os aspectos radicais ou disruptivos destes processos

de luta o que acabou fortalecendo e permitindo a ascensão da direita e da extrema direita (ASSUNÇÃO, 2022).

Como parte do que foi o “giro à direita”, Macri chega ao governo da Argentina pela via eleitoral, como Piñera no Chile, enquanto Temer (uma figura constitucional antidemocrática) pela via de um golpe institucional, depois do *impeachment* contra Rousseff no Brasil, e Añez, que assume a Presidência da Bolívia através de um golpe de estado mais clássico. Estes “novos” governos direitistas aplicam uma política neoliberal senil, o que faz que sejam incapazes de construir hegemonia e se esgotem rapidamente. Foram governos ofensivos contra a classe trabalhadora num ciclo curto.

Diferenciamos o neoliberalismo triunfante nos anos de 1990, do neoliberalismo que caracterizamos como senil.

O neoliberalismo dos anos de 1990 gerou a implosão da ex-URSS, incorporando a Rússia, os países do Leste Europeu e a China ao mercado mundial capitalista, fazendo o capitalismo mais mundial do que nunca e triunfando eleitoralmente com apoio de massas na Inglaterra, com Thatcher, e nos USA, com Reagan. Os partidos socialdemocratas europeus e os partidos trabalhistas do Reino Unido e Austrália se fizeram neoliberais, assim como os partidos populistas na AL, do mesmo modo que os ex-Partidos Comunistas abraçaram o neoliberalismo, sendo sua hegemonia no plano político e econômico. Neste último nível conseguiu que a fração do capital financeiro em guerra contra a classe trabalhadora hegemonize também as demais frações do capital. O neoliberalismo mudou o modo de acumulação de capital, passando de uma acumulação baseada no capital produtivo a uma baseada no capital financeiro. Como apresenta Anderson no seu artigo *Balanço do neoliberalismo* (ANDERSON, 1995), esta marca triunfante está completamente ausente no atual neoliberalismo senil, fundamentalmente porque as consequências sociais de suas políticas já são conhecidas e vivenciadas por amplas massas da população.

Isso caracteriza o período na AL com ciclos políticos mais curtos, a partir do qual comparamos os ciclos da primeira onda de governos “pós-neoliberais”, que duraram em vários casos mais de uma década, quando são substituídos pela via eleitoral com mais ou menos manipulações, ou via golpes, por um novo ciclo direitista ou de extrema direita, tendo como objetivo atacar com mais força e mais rapidamente ao movimento de massas, governa um tempo bem mais curto, com seu neoliberalismo senil, o que não deixa de ser um indicador da crise de hegemonia do neoliberalismo.

O governo de Macri na Argentina é um exemplo disso, derrotado por Fernandez na eleição presidencial quando pretendia ser reeleito, da mesma forma que na Bolívia, a direita é derrotada eleitoralmente através de Arce, candidato do Movimento ao Socialismo (MAS) pela proscricção de Morales e, inclusive Añez, ex-Presidenta do golpe que foi presa. Nessas condições aparecem como reais as possibilidades de derrota de Bolsonaro por Lula em termos eleitorais no Brasil em outubro de 2022, não assim o Bolsonarismo nem o regime do golpe porque isso implicaria outra perspectiva estratégica baseada na luta de classes e não limitada só ao plano eleitoral.

Meses antes da pandemia de Covid-19, já assistimos a um novo momento de luta de classes na AL, que se inicia no Equador, e continua com mais força no Chile e na Colômbia, para voltar novamente neste momento com força ao Equador. A luta é contra o aumento do preço dos combustíveis e, desse ponto de vista, o governo neoliberal senil de direita do banqueiro Lasso já teve que baixar os preços, fato que também se articula com uma luta política, o Fora Lasso!!!, a exigência da renúncia do presidente, frente a qual se está avaliando uma saída institucional através do *impeachment* para fortalecer as instituições independente do resultado deste, e evitar, assim, uma renúncia pela luta de classes, pela ação direta.

Todas essas lutas trata-se de revoltas de setores populares contra as condições impostas pelas políticas de ajuste dos governos, com muito espontaneísmo, importantíssimas, mas sem uma direção política que possa levar a uma revolução, o que significa que podem ser desviadas, como foi o caso do Chile com Boric (Frente Ampla), que expressou a crise dos partidos tradicionais do período “pós-pinochetista” no país. Foi triunfo da centro esquerda mais que continua reprimindo o povo mapuche e militarizando seus territórios, e não liberta os presos políticos da revolta. As concessões à direita levam à derrota no plebiscito constitucional em 04 de setembro de 2022. Ocorreu da mesma forma que Petro, eleito presidente na Colômbia, que foi guerrilheiro, desmilitarizado e incorporado ao sistema político, foi Senador e Prefeito de Bogotá, convoca um acordo de unidade nacional à extrema direita dirigida por Uribe. Ainda destacamos Fernandez, que na Argentina, representando o peronismo, derrota Macri, a direita, mas já foi derrotado nas últimas eleições, num país onde a esquerda revolucionária e anticapitalista se transforma na terceira força eleitoral nacional, com uma excelente eleição no ano 2021 da FIT-U.

O problema que tem esses governos que se denominam já como fazendo parte de uma segunda onda “progressista”, é que as condições estruturais do capitalismo mundial são bem diferentes do período do “boom das commodities”, o que faz que tenham menos concessões suas políticas às demandas do movimento de massas e gerem de forma mais rápida uma decepção através da experiência de setores de sua base de apoio com esses mesmos governos. Na Argentina a crise do peronismo abriu uma possibilidade política muito importante para a esquerda revolucionária no país, a mencionada FIT-U. Num hipotético mais cada vez mais possível triunfo de Lula, com alianças cada vez mais da direita, podemos pensar como possibilidade real a continuidade dessa tendência. Os excelentes resultados eleitorais da FIT-U no estado de Buenos Aires, Jujuy e a Cidade de Buenos Aires são indicadores em termos eleitorais disso. Isso tem relação com as lições que podemos tomar para a luta contra a extrema direita em geral e no Brasil, como mencionado na dissertação de Wanderley:

A FIT é uma frente política, programático, que expressa a independência política dos padrões dos governos e do Estado. Como partidos internacionalistas seus integrantes pretendem reconstruir a Quarta Internacional, dessa forma, no Brasil, o PTS tem como organização irmã o Movimento Revolucionário dos Trabalhadores (MRT) integrantes da Fração Trotskista- Quarta Internacional (FT-QI) com o jornal Esquerda Diário e a rede internacional de jornais *La Izquierda* Diário [...]; o Partido Obrero (PO) [...] e *Izquierda Socialista* (IS) que no Brasil é a

Corrente Socialista dos Trabalhadores (CST) [...] no interior do PSOL. Em termos qualitativos o nível de presença e iniciativa política e dinâmica da FT-QI é bem mais relevante que a dos demais grupos políticos (WANDERLEY, 2019, p. 181)

Nos últimos anos se incorporou a FIT o *Movimiento Socialista de los Trabajadores* (MST), transformando, na Argentina, a FIT em FIT-U, pela nova composição da aliança.

A situação internacional e geopolítica mundial, a guerra, a crise dos governos de direita e extrema direita com seu neoliberalismo senil, o ressurgimento com potência da luta de classes na AL e o surgimento na Argentina uma força política e social com independência política, de forma desigual, tem impacto no Brasil e no regime do golpe.

Brasil e o regime do golpe

Para nos referirmos ao golpe institucional de 2016, a ascensão da extrema direita no Brasil e a estratégia na luta contra estes, diferenciamos, segundo Marx, modo de produção de formação econômico-social. Quando falamos sobre Brasil estamos nos referindo a um estudo de caso pelo qual temos que aprender sua particularidade, assim que estudamos sua Formação econômico-social específica.

O modo de produção é um conceito teórico que denominamos abstrato real, na linha de Dhoquois já que se trata de uma estrutura presente na realidade que a análise o conceitua e o localiza no tipo geral do modelo estudado, segundo a expressão utilizada pelo próprio Marx no Livro II de *O Capital*; por sua vez, o conceito formação econômico-social, não deixa de ser um conceito teórico, mas é menos abstrato, e designa com rigorosidade diferentes relações de produção, complexas que se articulam sob a hegemonia de alguma destas (DHOQUIOS, 1982, p. 185-188 apud ROJAS; 2006; WANDERLEY, 2019).

Marx se refere ao conceito de formação econômico-social na Introdução de 1857, à Crítica da Economia Política (*Gründrisse*):

[...] Em todas as formas de sociedade, é uma determinada produção e suas correspondentes relações que estabelecem a posição e a influência das demais produções e suas respectivas relações. É uma iluminação universal em que todas as demais cores estão imersas e que as modifica em sua particularidade. É um éter particular que determina o peso específico de toda existência que nele se manifesta. (MARX, 2011, p. 59).

Concordamos também com Anderson, quando afirma que a expressão “formação social” sublinha a pluralidade e heterogeneidade dos possíveis modos de produção dentro de qualquer totalidade histórica e social. Toda formação econômico-social são as combinações concretas de cada modo de produção, organizadas sob a dominância de um deles (ANDERSON, 1989, p. 22). Também utilizaremos os conceitos de classe e fração de classe que são tomados tanto do *Manifesto do Partido Comunista* como do *XVIII Brumário de Luís Bonaparte*.

No *Manifesto* já está presente a análise das classes e frações de classes, e a necessidade de entender como as classes atuam na política, como estão estruturadas e sua relação com o Estado nas classes dominantes e na construção de relações de força contra o Estado no caso da classe trabalhadora. Podemos observar a correspondência entre forças produtivas e modo de produção, entendendo a burguesia como fruto do desenvolvimento e transformação dos modos de produção, o que acentuou ainda mais os antagonismos de classe, onde a burguesia se constituiu como classe, primeiramente no plano econômico e posteriormente triunfa no plano político.

No *XVIII Brumário*, Marx apresenta com clareza a relação entre interesses econômicos e interesses políticos e como as classes e as frações de classes representam seus interesses na cena política por meio dos partidos políticos. Os partidos políticos são expressão dos interesses das frações de classes.

Como afirma a socióloga Wanderley na sua dissertação de mestrado, o que se denominou o “giro à direita” no Brasil tem uma particular configuração devido ao golpe institucional contra Rousseff, que aconteceu no mês de agosto de 2016, o governo de Temer, de agosto de 2016 até dezembro de 2018, a prisão de Lula, o esvaziamento das possibilidades eleitorais do candidato do golpe, Alckmin e a manipulação eleitoral que permitiu o triunfo de Bolsonaro (WANDERLEY, 2019), unificando, como mencionamos, ao conjunto das frações, classes das classes dominantes no antipetismo, afirmação esta, feita com total independência do PT e sua política de conciliação de classes.

Os governos de Lula e Dilma mantiveram as políticas macroeconômicas que embasaram os governos neoliberais, como, por exemplo: o superávit primário, as metas de inflação, o câmbio flutuante, entre outros. Também fortaleceu o exército, só de lembrar a ocupação militar a Haiti e o papel do General Heleno hoje Bolsonarista, fortaleceu o agronegócio e a bancada evangélica — lembremos também da Carta de Dilma Rousseff ao Povo de Deus —, fortaleceu o Poder Judiciário e a Polícia Federal, os bancos super lucraram, se reprimarizou a economia e aumentaram os empregos precários, assim como o fortalecimento do centrão em nome da governabilidade (WANDERLEY, 2019; ASSUNÇÃO, 2022).

Mesmo assim, Rousseff ao sofrer *impeachment* foi vítima de um golpe institucional que se aprofundou com a prisão de Lula como parte de um conjunto de manobras orquestradas pelos interesses do capital internacional, tendo como base o poder judiciário, dessa forma, consideramos que estes elementos serviram para eleger um candidato de extrema direita, Bolsonaro, nesse momento integrante do Partido Social Liberal (PSL) (WANDERLEY, 2019).

Podemos destacar dois elementos da conjuntura atual que contribuem para a adaptação do PT ao regime do golpe, Alckmin, o mencionado e fracassado candidato dos golpistas no Brasil, é o candidato a vice-presidente na chapa de Lula, assim como Bolsonaro é candidato a Presidente pelo Partido Liberal (PL), o mesmo partido de Alencar, que foi vice-presidente de Lula em dois mandatos presidenciais.

Dessa forma, assim como entendemos que a política de conciliação de classes do PT permitiu a ascensão da extrema direita, o triunfo eleitoral de Bolsonaro expressou também uma força política, social e material de um caráter qualitativamente diferente de outros contextos, contando com apoio do conjunto das forças repressivas do Estado no marco de uma politização sob controle das Forças Armadas, setores do agronegócio e as cúpulas das igrejas evangélicas, que pela primeira vez de forma homogênea transferem o voto no plano nacional. Mesmo sendo inicialmente um filho não desejado do golpe, na semana anterior ao primeiro turno, consegue o apoio do conjunto das classes dominantes, do capital financeiro internacional e de todas as instituições que sustentaram o golpe institucional, numa perspectiva de resolver a crise orgânica pela extrema direita, pretendendo assim alterar a relação de forças entre as classes, logicamente contra a classe trabalhadora.

Bolsonaro assume a presidência no marco de um regime no qual os mecanismos da democracia burguesa “normal” estão cada vez mais subordinados, sendo um novo salto do autoritarismo judiciário apoiado pelos militares. Os objetivos estavam claros para os golpistas e as classes dominantes: impor ataques profundos e de forma mais acelerada à classe trabalhadora e à população pobre, tendo como objetivo central a Reforma da previdência e, além disso, seguir cortando os direitos sociais e avançando no projeto de privatizações dos recursos naturais e das empresas públicas.

Para poder caracterizar o governo Bolsonaro, um governo claramente de extrema direita, temos em consideração algumas reflexões de Trotsky, no seu artigo *Bonapartismo e fascismo*, publicado na *The New Internacional*, revista teórica da seção norte-americana da Quarta Internacional:

A grande importância prática de uma orientação política correta se manifesta com mais evidência nas épocas de conflitos sociais agudos, de rápidos giros políticos ou de mudanças repentinas na situação. Nestas épocas, as concepções e generalizações políticas são rapidamente superadas e exigem sua substituição por completo – o que é mais fácil – ou sua concretização, precisão ou retificação parcial – o que é mais difícil. Precisamente nestes períodos surgem necessariamente todo tipo de combinações e situações *transitórias, intermediárias*, que superam os padrões habituais e exigem atenção teórica contínua e redobrada. Em uma palavra, se na época pacífica e “orgânica” (antes da guerra) até poder-se-ia viver às custas de algumas abstrações pré-concebidas, na nossa época cada novo acontecimento forçosamente exige a lei mais importante da dialética *a verdade é sempre concreta* (TROTSKY, 2013, p. 402, tradução nossa).

Importante caracterizar estas situações intermediárias como Bonapartistas, pré-bonapartistas ou Bonapartistas *sui generis* nos casos latino-americanos, entendendo que Trotsky polemizava com as leituras stalinistas petrificantes e abstratas que chamavam a todo regime com rasgos autoritários de fascismo, para tentar justificar uma política de conciliação de classes com frações de classes burguesas supostamente democráticas ou progressivas contra este, liquidando qualquer possibilidade de independência política para a classe trabalhadora.

No caso do Brasil, o conceito de Bonapartismo de Marx ou pré-bonapartismo de Trotsky entendido como processo com tendência à bonaparização, poderia ser mais útil, tanto para caracterizar o governo Bolsonaro, como para organizar a luta contra o governo de extrema direita. No Brasil se dá um paradoxo: aqueles que qualificam Bolsonaro de fascismo ou de neofascismo tiram como conclusão de que sua derrota pode ser feita pela via eleitoral no lugar dos métodos da luta de classes.

A caracterização que realizamos de um determinado fenômeno político não pode estar nunca separada das táticas e estratégias para seu enfrentamento, por isso vamos recuperar os conceitos de tática e estratégia no marco do marxismo revolucionário, destacando a importância de entender e diferenciar para contrapor ao que consideramos em geral uma esquerda antiestratégica ou que nega a estratégia no Brasil.

Uma diferenciação conceitual entre tática e estratégia é realizada por Trotsky (1979), desde uma perspectiva leninista, no livro *Lições de Outubro*:

Em política, entende-se por tática, por analogia com a ciência da guerra, a arte de orientar operações isoladas; por estratégia, a arte de vencer, isto é, conquistar o poder. Não fazíamos vulgarmente esta distinção antes da guerra, na época da II Internacional, limitando-nos à concepção da tática socialdemocrata. E não era por obra do acaso: a socialdemocracia tinha uma tática parlamentar, sindical, municipal, cooperativa etc. A questão da combinação de todas as forças e recursos, de todas as armas para alcançar a vitória sobre o inimigo, não se levantava na época da II Internacional, pois esta não fixava como tarefa prática a luta pelo poder. Depois de um longo interregno, a Revolução de 1905 pôs novamente na ordem do dia as questões essenciais, as questões estratégicas da luta proletária, garantindo com isto enormes vantagens aos socialdemocratas revolucionários russos, quer dizer, aos bolcheviques. (TROTSKY, 1979, p. 12).

No marco desta perspectiva entendemos a tática como a arte de orientar as operações isoladas, a direção dos combates parciais, e estratégia como a arte de vencer, ligar os resultados ao objetivo da guerra, a conquista do poder político pelo proletariado e a instauração de um governo operário, compreendida como afirma Trotsky no *Programa de Transição* escrito em 1938, como uma forma popular de denominar a ditadura do proletariado (TROTSKY, 2008 apud WANDERLEY, 2019).

Posteriormente Trotsky continua articulando a relação entre tática e estratégia, afirmando que a primeira está subordinada à segunda.

Em 1917 começa a grande época da estratégia revolucionária, primeiro para a Rússia depois para toda a Europa. É evidente que a estratégia não impede a tática: as questões do movimento sindical, da atividade parlamentar etc., longe de desaparecerem do nosso campo visual, adquirem agora uma importância diferente, como métodos subordinados da luta combinada pelo poder. A tática está subordinada à estratégia. (TROTSKY, 1979, p. 12).

Precisamos destacar o seguinte: para Lenin e Trotsky só será possível atingir este objetivo com independência teórica e política, subordinando a tática à estratégia. Isto é um

elemento central de nossa hipótese para poder combater a extrema direita com sucesso, a independência política.

Frente à visão stalinista, da defesa do socialismo só num país como tese contrária ao internacionalismo proletário no marco da revolução mundial, acrescentamos que assim como diferenciamos tática de estratégia, é igualmente relevante diferenciar estratégia de grande estratégia. Isto aparece de forma muito clara no livro *Estratégia socialista e arte militar* de Albamonte e Maiello (2019), no capítulo 7, que se intitula: *Grande estratégia e revolução permanente*.

Entendendo que a estratégia articula os combates táticos, parciais para o fim político, para a tomada do poder político pelo proletariado, como mencionamos acima, já a grande estratégia entende que a conquista do poder num país passa a ser um resultado tático numa estratégia global para o comunismo, uma sociedade sem classes e sem Estado.

Desde nossa perspectiva compreender isto é central para a luta contra a extrema direita no mundo e no Brasil.

Bolsonaro, pouco depois de três anos e meio de governo, dividiu a classe dominante e a unidade dos golpistas, não em relação a seus ataques à classe trabalhadora, já que o conjunto da classe dominante defendeu a reforma trabalhista, a reforma da previdência, a lei de teto de gastos, as privatizações e o pagamento da dívida, que mesmo com conflitos permitem a continuidade de seu governo até a eleição.

Mas também realizam uma leitura da conjuntura e das potenciais consequências sociais das mobilizações e da luta de classes na AL, com seus possíveis impactos num país como o Brasil, numa situação de aprofundamento da pobreza pela combinação de uma política negacionista do governo em relação à pandemia e políticas neoliberais senis.

A situação do Chile, Colômbia e Equador, como exemplos, coloca as classes dominantes brasileiras numa situação em que algumas frações destas e dos setores golpistas e bonapartistas, como o Poder Judiciário, entendem que é melhor que exista uma mediação no marco da potencialidade do conflito social entre as massas e o regime do golpe, razão pela qual libertaram Lula. O mesmo poder que o encarcerou e permite sua participação eleitoral, uma questão democrática mínima independentemente da política do PT, enquanto o PT procura seu espaço no regime do golpe. Essa mediação com o movimento de massas evidentemente é Lula em chave não disruptiva.

Esta é uma mudança qualitativa do cenário político no Brasil entre 2016 e 2022. No ano de 2016, o conjunto das classes dominantes estava unificado no antipetismo e hoje estão divididos.

Bolsonaro conta com o apoio do conjunto das forças repressivas do Estado, Forças Armadas e Policiais, da cúpula das igrejas evangélicas e setores dos agronegócios, por sua vez, Lula conta com o apoio entre as classes dominantes da burguesia paulista, o

Presidente da Federação das Indústrias de São Paulo é filho de Alencar, que foi vice-presidente de Lula e da associação nacional de bancos do Brasil. A candidatura de Alckmin a vice-presidente cumpre a função que teve a Carta ao Povo Brasileiro antes das eleições do ano 2003, também conhecida como “Carta aos Banqueiros”, expressa que levando o candidato golpista na sua chapa não se vai mexer com o legado do golpe.

Esta divisão entre as frações da classe dominante também é uma mudança qualitativa, o que não significa que é preciso se aliar de forma minimalista ou “malmenorista” aos setores golpistas — hoje lulistas — ou a direita aliada à Lula, para lutar contra a extrema direita. A Carta às Brasileiras e aos Brasileiros em defesa do Estado Democrático de Direito! assinada pela FEDERBAN e a Confederação Nacional das Indústrias, crítica ao palavreiro anticonstitucional de Bolsonaro, expressa esta divisão.

Esta direitização do regime político no Brasil não afeta apenas o PT ou o Partido Comunista do Brasil (PCdoB) — que faz tempo que deixou de ser comunista —, mas até mesmo um partido como o Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) que nunca foi revolucionário, mas que se apresentava na superestrutura política a esquerda do PT de forma autônoma, se adapta também à política petista renunciando pela primeira vez a apresentar uma candidatura presidencial própria, apoiando a chapa Lula–Alckmin e fazendo aliança com um partido burguês como a Rede de Marina Silva e Heloísa Helena que defende uma política antidireitos e antiaborto em relação a pauta das mulheres e que se autodefinem como ecocapitalistas.

Uma questão, desde nossa perspectiva central, é que a luta é contra Bolsonaro, mas deve incluir a revogação das leis do golpe, a reforma trabalhista, a reforma da previdência, a lei de teto de gastos e acabar com o pagamento da dívida interna. Alckmin apoiou todas essas leis e políticas, pelo qual é a garantia que serão mantidas. A luta contra a extrema direita, Bolsonaro, Mourão e os militares, assim como contra todos os setores sociais antidemocráticos do regime do golpe deve ser realizada em unidade de ação, mas com independência política já que não é possível lutar contra a extrema direita, aliando-se à direita.

Desde esta perspectiva na luta, diferenciamos a frente única de trabalhadores (frente única proletária na linguagem da III Internacional) de frente política, assim como independência política de independência organizativa, já que não são a mesma coisa.

A política de frente única proletária foi aprovada no III Congresso da Internacional Comunista, cuja reunião aconteceu em junho de 1921, num contexto econômico onde se aprofunda a crise. Nessa ocasião temos um aumento do desemprego e existe uma recomposição das forças capitalistas, onde, a partir de importantes discussões, se aprova essa tática complexa que se denominou Frente Única Operária (FUO), a qual era visualizada como a união na ação de todos os operários dispostos a lutar contra o capitalismo, procurando a máxima unidade possível de todas as organizações operárias em cada ação contra o capitalismo, unidade nas lutas mas com independência política e liberdade de crítica.

A ideia seria golpear juntos e marchar separados. Isto entendemos que ainda é central na luta contra a extrema direita. Como nos apresenta Wanderley na sua dissertação de mestrado:

A FUIO era uma tática de unidade de ação com socialdemocratas da II Internacional, a Internacional II e meia, a Internacional Sindical de Amsterdam, Holanda e com grupos anarco-sindicalistas. Mesmo que a da II Internacional, a Internacional II e meia preferiam acordos com a burguesia, o objetivo seria construir a unidade de ação e desmascarar frente aos trabalhadores aqueles que aniquilam a unidade. Para realizar esta tática complexa no marco de uma estratégia revolucionária, era preciso ter clareza ideológica e homogeneidade para manter a autonomia política e não ceder às pressões oportunistas. O lema deste Congresso foi: “para as massas”. (WANDERLEY, 2019, p. 65).

A frente política eleitoral é uma frente independente dos governos, das frações burguesas e do Estado. Como afirma o sociólogo e dirigente do Partido de Trabajadores Socialistas da Argentina Christian Castillo sobre a experiência da FIT, também citado na dissertação de Wanderley:

El Frente de Izquierda se constituye en defensa de la independencia política de los trabajadores contra los distintos bloques capitalistas que expresan el gobierno, sus opositores patronales y las diferentes variantes de la centroizquierda. Lo hace en base a un planteo obrero y socialista, de independencia de clase, levantando un programa para impulsar la movilización de los trabajadores y sectores explotados contra el gobierno y las patronales. (CASTILLO, 2011, p. 271).

Finalmente diferenciaremos independência política de independência organizativa. Podem existir partidos que têm independência organizativa, no caso do Brasil podemos mencionar na atualidade o Partido Comunista Brasileiro (PCB) ou a Unidade Popular (UP), mas sua política não é sempre de independência política dos patrões, dos governos e do Estado.

Isso fica claro quando observamos sua política internacional. Por exemplo, na Argentina seus partidos irmãos — o Partido Comunista Argentino (PCA) do PCB ou o Partido Comunista Revolucionário (PCR)—, maoísta com relação à UP, fazem parte da coalisão de governo do peronismo, a Frente de Todos, do atual presidente Fernandez, apoiando forças políticas que não são anticapitalistas. O mesmo poderíamos dizer do Novo Partido Anticapitalista (NPA) da França que pode levar o candidato presidencial, mas mantém acordos com a França Insubmissa de Jean-Luc Mélenchon, que não é uma força política de independência de classe.

No Brasil, o Polo Socialista Revolucionário (PSR) na legenda do PSTU, onde o Movimento Revolucionário de Trabalhadores — organização irmã do PTS na FT-QI — leva candidatos, expressa essa independência política. Finalizamos este artigo concluindo sobre a importância da independência política na luta contra a extrema direita e seu legado político contra a classe trabalhadora, assim como sua força social.

Breve conclusão à importância da independência política na luta contra a extrema direita

Realizamos uma articulação entre a situação internacional e o caráter da crise capitalista mundial, no marco de um aprofundamento das tendências imperialistas que se expressam no fim do consenso globalizador e a guerra na Ucrânia e os papéis de Rússia e a OTAN hegemônica pelos USA. Seu impacto na AL e no ciclo curto de governos direitistas, assim como a nova onda progressista no subcontinente, que expressa de forma distorcida os processos de luta de classes, como os de Equador, Colômbia e Chile, mas que têm impacto regional no Brasil e no regime do golpe.

Apresentamos as consequências da ofensiva burguesa golpista no Brasil com total independência do PT, mas com uma clara posição contra o golpe e a prisão de Lula, assim como mencionamos os ataques à classe trabalhadora dos governos de Michel Temer e Bolsonaro. Caracterizamos o governo Bolsonaro como pré-bonapartista, havendo diferenciado os conceitos tática e estratégia, assim como frente única e frente política e independência política de independência organizativa, a partir da experiência da FIT-U na Argentina.

Finalizamos este artigo fazendo referência à importância, justamente em termos estratégicos, da independência política para enfrentar na luta de classes a Bolsonaro, mas também ao Bolsonarismo, que é uma força social reacionária de extrema direita que não se acaba numa eleição, assim como aos militares e ao conjunto do regime do golpe e dos golpistas, na perspectiva de revogar toda a política antioperária desde a perspectiva de um governo de trabalhadores de ruptura com o capitalismo. Rejeitando a ideia de que isso seria possível da mão dos golpistas e de frações das classes dominantes, mas apenas possível com os métodos da luta de classes e independência política no marco de uma estratégia revolucionária.

Referências

ALBAMONTE, E.; MAIELLO, M. **Estratégia socialista e arte militar**. São Paulo: ISKRA, 2019.

ANDERSON, P. **Passagens da antiguidade ao feudalismo**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

ANDERSON, P. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, E. GENTILI, P. (org.). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

ASSUNÇÃO, D. Conferência A onda progressista na América Latina no VII Salão do livro político. **Revista Ideias de Esquerda**, 26 de junho de 2022.

https://www.esquerdadiario.com.br/VII-Salao-do-Livro-Politico-O-Retorno-da-Onda-Progressista-na-America-Latina?fbclid=IwAR2ISIWVBXCzb-Er1OCZYsvUagFxeZSPtnnJvo5nEw5qipmqluhLe_v1sEw. Acesso em: 17 set. 2022.

CASTILLO, Ch. **La izquierda frente a la Argentina Kirchnerista**. Buenos Aires: Planeta, 2011.

CINATTI, C. Situación Internacional: la reactualización de la época de crisis, guerras y revoluciones. **Revista Ideas de Izquierda**, [XIX Congreso del PTS], 26 jun. 2022. Disponível em:

<https://www.laizquierdadiario.com/XIX-Congreso-del-PTS-Situacion-internacional-la-reactualizacion-de-la-epoca-de-crisis-guerras-y-revoluciones>. Acesso em: 17 set. 2022.

DHOQUOIS, G. La formación económico-social como combinación de modos de producción. In: LUPORINI, C.; SERENI, E. **El concepto de “formación económico-social”**. Cuadernos de Pasado y Presente, México, DF, n. 39., 1982.

GRAMSCI, A. Caderno 13 (1932-1934): breves notas sobre a política de Maquiavel. **Cadernos do Cárcere**, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, v. 3, p. 11-109, 2003.

LENIN, V. I. **Imperialismo, etapa superior do capitalismo**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

MARX, K. **O 18 Brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, K. Prefácio (1859). In: **Contribuição a Crítica da Economia Política**. São Paulo: Flama; 1946.

MARX, K.; ENGELS, F. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Boitempo; 2007.

MERCATANTE, E. Trotsky e um guia para analisar a situação mundial. **Revista Ideias de Esquerda**, 16 fev. 2020. Disponível em: <https://www.esquerdadiario.com.br/Trotsky-e-um-guia-para-analisar-a-situacao-mundial>. Acesso em: 17 set. 2022.

ROJAS, G. A. **Os socialistas na Argentina (1880-1980)**: um século de ação política. 2006. 476 p. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006. DOI 10.11606/T.8.2006.tde-25052007-151218. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8131/tde-25052007-151218/pt-br.php>. Acesso em: 17 set. 2022.

TROTSKY, L. **As Lições de outubro**. São Paulo: Global editora, 1979.

TROTSKY, L. **O Programa de transição**: Documentos da IV Internacional. São Paulo: Edições ISKRA, 2008.

TROTSKY, L. La situación mundial. In: **Naturaleza y dinámica del capitalismo y la economía de transición** (compilación). Publicado pelo Centro de Investigaciones y Publicaciones León Trotsky da Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina <https://ceip.org.ar/La-situacion-mundial>. Acesso em: 17 set. 2022.

TROTSKY, L. Bonapartismo e fascismo. *In: La lucha contra el fascismo en Alemania*. Buenos Aires: Instituto del Pensamiento Socialista; 2013.

TROTSKY, L. **Escritos Latinoamericanos**. São Paulo: Edições ISKRA, 2009.

TROTSKY, L. **La teoría de la revolución permanente** (compilación). Buenos Aires: Ediciones CEIP, 2000.

WANDERLEY, S. L. A. **O parlamentarismo revolucionário como proposta transicional: uma análise do caso do Partido de los Trabajadores Socialistas na Argentina**. Dissertação (Mestrado Ciências Sociais) – Pós-Graduação Ciências Sociais, Centro Hum., Univ. Federal Campina Grande, Paraíba, Brasil, 2019. Disponível em: <http://dspace.sti.ufcg.edu.br:8080/jspui/handle/riufcg/10084>. Acesso em: 17 set. 2022.

Submetido em: 28/06/2022

Revisto em: 03/09/2022

Aceito em: 29/09/2022